

DIVERSIDADE E DIREITOS LINGUÍSTICOS NA CIÊNCIA NO BRASIL NO ÂMBITO DA INTEGRAÇÃO REGIONAL LATINO-AMERICANA

Sabine Gorovitz*
Angela Erazo Munoz**

Resumo: Em concordância com o ODS 4, “Assegurar a educação inclusiva e equitativa e de qualidade, e promover oportunidades de aprendizagem ao longo da vida para todas e todos”, busca-se aqui pensar o papel da diversidade linguística e a presença/ausência das línguas minoritárias na produção do conhecimento, denunciando o princípio do monolinguismo do inglês como língua acadêmica universal. Sugere-se que essa expansão ocorre em detrimento das línguas locais, ameaçando o fortalecimento da produção de conhecimento em países do chamado sul global. Paralelamente, a internacionalização das universidades latino-americanas vem reforçando a assimetria entre instituições e países, quando poderia oportunizar a consolidação de um espaço acadêmico regional comum tanto a partir do reconhecimento de um espaço geográfico e econômico compartilhado, quanto e sobretudo de um espaço social alicerçado em saberes científicos e na diversidade cultural e linguística. Assim, a cooperação entre os países da região poderia consolidar um multilinguismo capaz de dar voz a comunidades linguísticas minoritárias historicamente silenciadas e promover o desenvolvimento e a valorização das relações culturais e linguísticas entre seus países.

Palavras-chave: ODS 4; Direitos linguísticos; Integração regional latino-americana; cooperação científica internacional; Políticas Linguísticas para Ciência e Educação Superior (PPLICES).

Abstract: In accordance with SDG 4, "Ensure inclusive and equitable quality education and promote lifelong learning opportunities for all", this paper seeks to consider the role of linguistic diversity and the presence/absence of minority languages in the production of knowledge, denouncing the principle of monolingualism of English as a universal academic language. It is suggested that this expansion occurs at the expense of local languages, threatening the strengthening of knowledge production in countries of the so-called global south. At the same time, the internationalisation of Latin American universities has reinforced the asymmetry between institutions and countries, when it could provide an opportunity for the consolidation of a common regional academic space both from the recognition of a shared geographical and economic space, and especially from a social space based on scientific knowledge and cultural and linguistic diversity. Thus, cooperation between the countries of the region could consolidate a multilingualism capable of giving voice to minority linguistic communities historically silenced and promote the development and enhancement of cultural and linguistic relations between their countries.

Keywords: SDG 4. Linguistic Rights. Latin American Regional Integration. International Scientific Cooperation. Linguistic Policies for Science and Higher Education.

* Professora associada do departamento de Línguas Estrangeiras e Tradução, do Instituto de Letras da Universidade de Brasília – UnB. É líder do grupo de pesquisa MOBILANG – Mobilidades e contatos de línguas. Contato: sabinegz@gmail.com

** Professora adjunta do Departamento de Mediações Interculturais da Universidade Federal da Paraíba – UFPB. Contato: angela.erazo@academico.ufpb.br

1 Introdução

A cooperação científica internacional é causa e resultado de um movimento circular que se retroalimenta: simultaneamente, por meio do compartilhamento de informações e de conteúdos científicos para além das fronteiras nacionais onde são produzidos, é efeito e consequência dessa grande circulação promovida pela globalização; mas ela também surge da necessidade de junção de expertises para resolver e superar problemas de maneira concertada com parceiros de diversas origens, num diálogo que pressupõe idealmente uma relação recíproca.

Sabe-se, entretanto, que essas trocas são assimétricas e permeadas por antagonismos de poder, assentados em processos históricos de dominação de países ou grupos de países ditos hegemônicos ou centrais sobre países ou grupos de países ditos subalternos ou periféricos. Além disso, as desigualdades históricas intensificam-se com a emergência da tecnologia, que exerce um papel central tanto na produção, quanto na difusão da ciência. Se, por um lado, favorece as relações e os fluxos, também inaugura grandes assimetrias e vieses nessas relações. De fato, as redes que se formam por meio desses movimentos multidirecionais, direcionados ou não, são caracterizadas por relações altamente assimétricas, que acarretam um alto grau de concentração de influência, autoridade e visibilidade. Conforme Jesus, Gorovitz e Erazo (2020, p. 4),

a circulação do conhecimento é guiada por uma métrica da relevância, que leva os cientistas a traçarem estratégias para pesquisar e publicar de modo que sua produção e suas instituições alcancem pontuações altas nos rankings, ganhando legitimidade e visibilidade no mercado linguístico da ciência (que posteriormente se convertem em recursos financeiros para pesquisas futuras). A problemática, porém, é que esse ranqueamento se articula intimamente com o poder econômico que financia pesquisas e universidades, muitas vezes provocando uma desvinculação entre a produção e a circulação de conhecimentos científicos e a ideia original de que fazer ciência é conhecer o mundo e promover a melhor relação da humanidade com o ambiente. O resultado é que esse ranqueamento da ciência espelha as relações de hegemonia que existem em outras esferas (política, econômica, cultural).

Partindo de tais premissa e considerando os inúmeros fatores que corroboram para consolidar e intensificar esses fluxos e assimetrias, destaca-se o papel da língua e das práticas linguísticas que caracterizam e constituem esses fluxos. Em termos sociolinguísticos, introduz-se o conceito de língua veicular (CALVET, 2002, p. 156) quando uma língua é adotada por diferentes comunidades linguísticas para interagir. Essa predominância varia com o tempo e o âmbito: o latim, língua veicular na Europa durante

séculos, foi em seguida substituído pelo francês e pelo alemão, que também se impuseram em detrimento de outras, revelando e reafirmando relações de dominação e de poder políticas e econômicas (ibid.). Hoje, a língua franca no contexto da globalização moderna e contemporânea é o inglês, para todos aqueles que não compartilham a mesma língua. Esse estado de fato se assenta indiscutivelmente em razões econômicas, gerando uma situação de monopólio linguístico. No contexto científico, remete a princípios de meritocracia e de excelência que acarretam formas perversas de concorrência, até mesmo entre instituições públicas de um mesmo país, como é o caso do Brasil.

Nesse contexto, em que as universidades brasileiras se valem de estratégias de internacionalização importadas tais quais dos países centrais, a tendência é submeter-se ao avassalador *English only*, percebido por grande parte da comunidade científica como um processo neutro e impessoal, além de inevitável e desejável. Essa hegemonia linguística na produção, divulgação e recepção do conhecimento exerce também uma pressão crescente para que o inglês se institua como segunda língua de trabalho em grande parte das instituições brasileiras. A ironia é que o português, falado por cerca de 230 milhões de sujeitos no mundo, e o espanhol, por mais de 500 mil, juntos resultam na segunda comunidade linguística do mundo, depois do mandarim (CALVET, 2007, p. 3). Isso sugere que a expansão do inglês ocorre em detrimento das línguas locais, ainda que sejam consideradas centrais, ameaçando o fortalecimento da produção de conhecimento em países que não conseguem implementá-la como segunda língua em suas instituições. O que dizer então das línguas vernáculas que sofrem um processo de minorização ainda mais drástico, afastando irremediavelmente comunidades e indivíduos da cena científica mundial.

É nesse contexto, e em concordância com dois dos objetivos de desenvolvimento sustentável – ODS 4 e ODS 16 -, que se impõe uma reflexão sobre a necessidade de defesa da diversidade linguística e seu papel na produção do conhecimento, especialmente em países do chamado “Sul Global”, do qual fazem parte o Brasil e seus vizinhos da América Latina.

2 Diversidade linguística como condição da diversidade científica

1. Políticas e direitos linguísticos: diferença x igualdade?

Uma mesma língua para todos? Não faltariam argumentos para defender esse projeto global: todos interagindo em uma língua comum, de modo a fomentar um patrimônio imaterial mundial coletivo e democrático. Mas antes de elencar as múltiplas vantagens de uma língua universal, questiona-se essa perspectiva utópica enquanto promotora de solidariedade e união ou, ao contrário, de formas perversas de marginalização de parte da sociedade contemporânea? Contrariando esse ensejo, seria sensato também argumentar em favor da diversidade linguística e da diferença como garantia da diversidade cultural, e conseqüentemente científica: *Vive la différence!* Isso significa que os estados devem garantir a diversidade de suas sociedades? Os indivíduos devem poder falar suas línguas primeiras, praticar sua religião ou vivenciar seus hábitos culturais, assumindo suas particularidades? Lembremos da grande polêmica em torno do véu na Europa. Até que ponto a diferença de uns representa uma ameaça à maioria? Até que ponto é possível conviver com a diferença, especialmente em termos pragmáticos? Partindo dessa premissa, falar de uma cultura mundial seria referir-se à variação e à diversidade, ou a um território homogêneo que faria tabua rasa das diferenças em prol de um diálogo intercultural supostamente sem fronteiras no âmbito da sociedade moderna.

Os direitos linguísticos assentam-se no princípio fundador de que a língua desempenha um papel estruturante na relação dos falantes com as coisas do mundo; é por meio dela que se formam conceitos e que se ordena o mundo à nossa volta. O direito à igualdade linguística sem discriminação é garantia do direito à diferença, de proteção da diversidade pois salvaguarda as características individuais, em oposição a um "monoculturalismo" imposto pelo Estado que, sob certas condições, é fortemente tentado a infringir os direitos humanos.

Para a UNESCO, em sua "Declaração Universal da Diversidade Cultural" de 2001, a diversidade cultural é parte do "patrimônio comum" da humanidade, cuja proteção é um imperativo inseparável do respeito à dignidade humana. Três anos depois, em 2005, a mesma instituição declarava que a diversidade cultural deve ser celebrada e preservada e que o multiculturalismo é em si uma situação normal e positiva, como

sublinhado, entre outros, na seguinte disposição: “Princípio da igual dignidade e respeito por todas as culturas” (UNESCO, 2005, p. 5). Esses direitos firmam um compromisso com o respeito à diversidade humana, às preferências da comunidade e dos indivíduos e as necessidades do estado de buscar em certa medida formas pragmáticas de dar conta da variação: na escola; na justiça; no trabalho; na ciência etc. Como levar em consideração as especificidades de cada estudante dentro de uma sala de aula? Como fazer com que a Lei seja difusa sem deixar de abranger a gama de possibilidades factuais e de circunstâncias de um evento? Como assegurar que todas as produções científicas em todas as línguas sejam difundidas com as mesmas chances sem silenciamentos e sem invisibilizações?

Essas perguntas têm sido respondidas à luz dos direitos contidos em tratados e decretos, ainda que muitos desenhos políticos tomem caminhos excludentes e injustos. Se alguns países buscam, ao menos retoricamente e na medida de suas capacidades, a salvaguarda da diversidade cultural e linguística de seus cidadãos, a grande maioria das nações hoje, ao invés de garantir que as línguas minoritárias sejam ensinadas, faladas e valorizadas enquanto línguas de instrução, de interação e de pesquisa, acabam se submetendo à regra da maioria de modo que o número de sujeitos beneficiados por políticas públicas o justifique. Para muitos países também essas políticas de reconhecimento da diversidade não são prioritárias, deixando de perceber que proporcionam estabilidade e favorecem o estreito vínculo entre os direitos humanos, o direito à diferença, e o direito à diversidade e direitos linguísticos.

Mas quais seriam os riscos do não-reconhecimento dessa diversidade e de uma política linguística discriminatória? Sem ações e políticas de línguas, condição para a garantia dos direitos linguísticos de minorias, o curso natural é a ofuscação de uma língua com relação à(s) outra(s), a ponto de eliminá-la(s) das práticas linguísticas dentro de uma comunidade, enquanto resultado do que Hamel chama de “conflito linguístico” (1988, p. 18). Assemelha-se à necessidade de intervenção do estado para regular a redistribuição dos recursos, garantindo uma certa equidade e justiça social e o acesso de todos aos mesmos serviços e direitos.

Observa-se, entretanto, a impossibilidade de todas as minorias do mundo conquistarem sua independência com relação às diversas hegemonias que pesam sobre elas. Mesmo porque uma hegemonia dá lugar a outra, ainda que essa substituição inverta as regras do jogo e coloque o subordinado em posição de autoridade e vice-versa. Mesmo

testemunhando nas últimas décadas diversos exemplos bem-sucedidos em que línguas minoritárias/minorizadas adquirem novo sopro, isso se deu na maioria das vezes em termos de revitalização das práticas e em esferas institucionais (línguas oficializadas, reconhecidas, inseridas nos sistemas administrativos, por meio de textos escritos, leis, decretos, etc.). Mas elas continuam sendo relegadas a áreas e espaços sociais periféricos.

Muitas sociedades, ainda que reconheçam e, no melhor dos mundos, valorizem sua diversidade linguística (o que é raro), seja por meio da co-oficialização dessas línguas, seja pelas políticas de garantia de direitos linguísticos (em diferentes áreas educação, saúde, justiça, etc.), acabam promovendo, intencionalmente ou não, um estado de diglossia marcada. Isso significa que favorecem uma clara separação entre esferas pública e privada, com fronteiras explícitas entre língua(s) de prestígio e língua(s) estigmatizada(s), produzida(s) exclusivamente na esfera privada. De acordo com Fishman (1967, p. 32), a diglossia é acarretada pela compartimentação das funções e dos papéis dos membros de uma comunidade: ou seja, a desigualdade linguística é sempre e somente reflexo/tradução/manifestação das desigualdades e da diferenciação/segregação social. Essa segregação é reforçada pelas próprias instituições que retroalimentam e consolidam processos sociais *bottom-up*. Quanto mais segregada uma sociedade, mais haverá diglossia (ibid.). Isso se manifesta de forma concreta: em uma sociedade muito estratificada, os falantes de uma determinada língua ou registro não interagem com os falantes da outra.

Ainda que as cidades sejam cada vez mais cenários de diversidade e de multilinguismo, em escala global, ocorre ao contrário um processo de homogeneização e de perda de diversidade linguística, algo comparável à preocupante diminuição da biodiversidade (GOROVITZ, ERAZO, Y JESUS, 2019, p. 13). Esse contexto estende-se para além das fronteiras nacionais, em que determinadas esferas da sociedade global acabam se apartando de outras. É o caso da ciência que, embora possa, por meio de certas inovações técnicas e tecnológicas, beneficiar o conjunto da população mundial, acaba sendo produzida e acessada por um número reduzido de pessoas, restringindo seu escopo e a gama de visões que poderia engrandecer as descobertas. Isso se reflete na língua: existem e sempre existiram as línguas da ciência, as línguas dos serviços, da educação e do trabalho, enquanto outras são relegadas a esferas mais prosaicas do mundo social, língua da casa, da esfera gregária, e do laser etc.

2. Diversidade linguística e ciência

A discussão sobre transformação e extinção das línguas, que resultam de experiências de contato e de conflito características de sociedades diglossicas, submetem-se sempre a dualidades constitutivas: o embate entre línguas/sociedades dominantes/hegemônicas e línguas/sociedades dominadas/subalternas, em que normalização e normatização linguística entram em confronto. É isso que ocorre no âmbito da ciência, objeto dessa reflexão que encena a pergunta central: seria possível imaginar alguma forma de abrir espaço a línguas minorizadas na produção e na divulgação científica, renunciando à grande necessidade de alcance global e de circulação intercontinental dos conhecimentos produzidos. Será isso que queremos? Em que medida esse processo de democratização linguística seria revertido em justiça social?

Propomos aqui essa indagação num âmbito um pouco mais restrito, que é o caso do Brasil, numa possível integração regional com a América Latina, à luz do esforço da União Europeia de priorizar uma produção colaborativa de conhecimentos com seus parceiros regionais, desconsiderando a subserviência à parte das grandes potências científicas anglófonas. Trata-se de pensar e propor uma estratégia de criação de um novo bloco (provavelmente de outra hegemonia a longo prazo) de produção de conhecimentos, em detrimento de uma circulação global, porém em prol de uma redefinição das supremacias. Para tanto, seria preciso traçar uma política supranacional, em que as duas grandes línguas da região (português e espanhol) entrariam em cena de forma privilegiada, destronando o espaço do inglês, em parceria com a introdução paulatina de línguas minorizadas da região. Seria essa uma utopia? Se voltarmos ao contexto da globalização, reconfigurado por novas relações entre o local e o global, observamos que as instituições de pesquisa sofrem influências tanto das políticas governamentais nacionais e regionais, quanto das orientações em escala mundial. Assim, frente às exigências de internacionalização da ciência e das tecnologias, os pesquisadores buscam participar desse diálogo atuando simultaneamente nos cenários nacional, regional e internacional, cada dia mais competitivos. O desafio é manter o foco nas problemáticas e necessidades locais, beneficiando-se de competências internacionais para a resolução desses problemas. Nesse contexto, desenvolvem suas parcerias e formas de cooperação de acordo com seu percurso acadêmico (países onde estudaram e obtiveram seus doutorados e pós-doutorados). Muitos também escolhem os parceiros que tenham

potencial para melhorar a qualidade da pesquisa que produzem localmente, de modo a fomentar o crescimento perene e sustentável da região onde atuam. Quanto às instituições, para enfrentar o desafio de internacionalizar as pesquisas produzidas por seus pesquisadores e integrar os rankings mundiais, buscam implementar ações de internacionalização abrangentes e interligadas no intuito de alcançar um equilíbrio entre a preocupação com os impactos sociais e a primazia industrial em várias escalas: desenvolver competências locais, estabelecer parcerias com atores políticos, dialogar com o setor produtivo, etc. Uma questão que se impõe ao desenvolvimento desse processo de internacionalização é a forma como produzem conhecimento de modo colaborativo e como esse conhecimento circula para além das fronteiras nacionais. Diante desses desafios, práticas multilíngues emergem como condição indispensável para responder a problemas relacionados à participação e inserção de pesquisadores, bem como à formação de equipes científicas internacionais, seguindo o objetivo de uma produção científica colaborativa.

Mas com quem dialogar e em que línguas? Por quem buscam ser lidos? Quem são suas referências teóricas e metodológicas? A pauta das políticas linguísticas tem integrado o conjunto de ações institucionais, por meio da implementação de estratégias capazes de abrir espaço às línguas de veiculação do conhecimento global, muitas vezes em detrimento dos idiomas locais. Paralelamente, buscam incentivar a construção de espaços regionais de produção de conhecimento, no âmbito de um processo de integração pautado nas identidades e cidadanias regionais, o que também se assenta no patrimônio linguístico das regiões postas em comum. Assim, apesar da imensa discrepância entre países e instituições de uma mesma região, que tem representado um obstáculo a esse movimento, a consolidação de um bloco regional tem sido ensejada por alguns governos e instituições como a única possibilidade de competir no cenário global com os tradicionais polos hegemônicos de produção do conhecimento e reverter as assimetrias que o caracterizam. Para tanto, os projetos precisam se traduzir por um uma série de práticas voltadas para a consolidação coerente de um bloco, como pesquisas colaborativas, currículos inovadores descolonizados e voltados para os contextos locais, reciprocidade entre instituições, etc.

Logo, o contexto científico, reconfigurado por dinâmicas de produção e circulação do conhecimento a nível global, enfrenta um impasse: submeter-se ao poderoso movimento de homogeneização do pensamento e de hegemonia linguística, assentado no

atual monolinguismo/monopólio do inglês como língua acadêmica universal; ou promover/proteger o caráter multilíngue e multicultural das instituições e dos conhecimentos que produzem, de modo a favorecer e dar visibilidade e robustez às inovações nacionais em diálogo consertado com parceiros regionais. A hegemonia linguística dos países anglófonos na divulgação científica exerce uma pressão crescente para que o inglês se institua como língua de difusão das pesquisas, ainda que a língua local do país seja falada por um número consequente de falantes no mundo, como é o caso do Brasil, cuja língua oficial é o português, falado por mais de 230 milhões de sujeitos pelo mundo. Nesse contexto, a visibilização de algumas pesquisas ocorre em detrimento de outras escritas em línguas locais, especialmente as línguas minoritárias, constituindo uma ameaça ao fortalecimento da produção de conhecimento em países do chamado sul global.

Partindo de tal premissa, a cooperação entre o Brasil e os países da América Latina poderia se consolidar em torno de uma política linguística adaptada, assentada em políticas editoriais e institucionais supranacionais: um espaço de multilinguismo com respeito à diversidade linguística e foco no desenvolvimento regional latino-americano, e na valorização das relações culturais e linguísticas entre seus países, por meio do pluralismo linguístico e da valorização das culturas dos participantes dos distintos países envolvidos, um espaço aberto aos diversos idiomas minorizados de todos os países latino-americanos (línguas nativas e de imigração), buscando seu reconhecimento e garantindo sua presença e atuação na cena científica. Esse reconhecimento seria a forma mais efetiva e concreta de superar a relação histórica de conflito entre os idiomas e a naturalização institucional do monolinguismo no âmbito dos países latino-americanos e de suas universidades. Para isso, é necessário o protagonismo de todos os agentes nas diversas instâncias das instituições de pesquisa e nas diversas esferas nacionais de gestão pública da ciência (ministérios de educação, agências de fomento, editoras e portais de divulgação científica etc.), com a adoção de diretrizes considerando o ensino de línguas próximas, a imersão dos estudantes estrangeiros por meio de relações linguísticas pautadas na intercompreensão, que leva a uma rápida progressão linguística, sem perder de vista a heterogeneidade dos grupos em contato.

Um projeto latino-americano de convivência linguística e cultural em torno de duas línguas principais, o espanhol e o português, envolveria 500 milhões de falantes. Seria uma posta no potencial de relações sedimentadas em raízes e história política

compartilhadas, marcadas pelas grandes estruturas europeias que se impuseram com a colonização. Vale questionar, entretanto, se é viável apostar nessa unidade regional para sustentar essa integração acadêmica sustentada pela ideia de América Latina? A construção de uma unidade regional não se dá apenas a partir do reconhecimento de um espaço geográfico e econômico comum (o que ela é capaz de produzir em termos de acúmulo de capital econômico), mas sobretudo de um espaço social alicerçado em seu patrimônio cultural, artístico e seus conhecimentos e saberes científicos. Assim, apesar da heterogeneidade de sua composição cultural e social, manifestada em seus aspectos linguísticos, essa política deveria, para produzir efeitos, se traduzir por estratégias de construção de um sentimento de pertencimento latino-americano, com base na construção de *habitus* linguísticos e culturais capazes de assentar a formação social da região. Afinal, o projeto europeu também se construiu para além da diversidade de constituição cultural de cada nação que compõe o bloco. Da mesma forma, uma América-latina da ciência e do conhecimento deve apostar nas características comuns sedimentadas por processos históricos e típicos da colonização, mas principalmente nas relações de intercompreensão entre regiões que compartilham uma familiaridade linguística e cultural.

3 Por uma ciência plurilíngue: práticas, repertórios e trânsitos linguísticos

Como já foi discutido ao longo desse artigo, a atividade acadêmica acarreta uma série de situações heterogêneas de experimentação e interação, nas quais as línguas desempenham um papel primordial tanto nos processos de aprendizado, de pesquisa, de construção e disseminação científica, em nível local e internacional. A tradução e os trânsitos entre as línguas funcionam como pontes entre diversas experiências, interações e saberes, possibilitando uma mediação em todo o processo dessa construção, co-construção e circulação do conhecimento, e forjando laços estreitos entre linguagem e pensamento.

Neste sentido, a diversidade linguística e cultural se vislumbra como um elemento essencial na produção científica. Contrariando a ideia de um único modelo monolíngue de produção do conhecimento, Bernard Cerquiglini argumenta que “as idas-e-vindas entre as línguas constituem uma das dimensões intrínsecas da atividade científica” (2013,

p. 11, tradução nossa), defendendo a diversidade de línguas, que deveria ser percebida como uma vantagem para a produção e a difusão do conhecimento. Por isso, a concepção do inglês como língua privilegiada na comunicação científica deve ser não só questionada, mas desconstruída. François Grin (2014, p. 128) explica que, ainda que o inglês favoreça o contato e o aprendizado, também empobrece e limita a produção científica, restringindo-a a um único modelo de construção do conhecimento e provocando a redução de possíveis combinações no processo de construção e transmissão do conhecimento. A partir de uma perspectiva mais ampla, é possível afirmar que, assim como a grande maioria da humanidade é multilíngue ou vive em ambientes multilíngues (CALVET, 2001; LÜDI Y PY, 2003), a própria instituição universitária, a produção científica e a construção do conhecimento são, foram e serão construídas com base em práticas discursivas e comunicativas multilíngues.

Existem várias perspectivas e estudos que apontam para um trabalho conjunto, transversal e interdisciplinar para a compreensão das dinâmicas linguísticas. Desde os anos 80, Guespin e Marcellesi propuseram a glotopolítica como uma abordagem que abrange todos os aspectos da linguagem - incluindo a palavra, a fala, o discurso - e como esses aspectos se relacionam e intervêm na dinâmica social (política, educativa, cultural, entre outras). Dentro dessa mesma dinâmica, Blanchet e Bulot explicam que a glotopolítica abrange aspectos micro e macro sociolinguísticos, desde pequenos atos como as interações cotidianas até intervenções mais amplas, tais como as relações de poder em termos de decisões políticas, de planejamento ou gestão da linguagem (Bulot y Blanchet, 2013: 78). Sem pretender elucidar as diferenças terminológicas entre política linguística, política da linguagem, gestão linguística, nossa proposta aqui é a de observar práticas comunicativas em contextos institucionais (planejadas e/ou espontâneas) que nos permitam evidenciar algumas das estratégias que emergem em contextos acadêmicos (a nível micro), favoráveis à interação, ao desenvolvimento e à inovação científica inclusiva e multilíngue (a nível macro).

Estudos sobre o plurilinguismo na perspectiva das práticas sócio-comunicativas levam a indagar como interagir, ensinar e aprender em ambientes constituídos por atores sociais com repertórios linguísticos diversos. Assumimos como ponto de partida a ideia de que o multilinguismo é um fato social e, portanto, conforme Marcellesi e Guespin, "toda sociedade humana é linguística e toda prática linguística é social " (1986, p. 9, tradução nossa). Logo, a imposição de uma língua considerada como dominante ou

privilegiada, no caso o inglês, levaria à simplificação ou à redução da variedade de sistemas e possíveis combinações que são produzidas no processo de construção e transmissão do conhecimento, ou seja, a uma tendência à homogeneização do pensamento científico.

No intuito de ilustrar algumas situações que emergem da adoção de vivências e práticas acadêmicas em favor da diversidade linguística, apresentamos alguns exemplos extraídos do contexto latino-americano, os quais encontram, também, um paralelo em espaços acadêmicos europeus.

1. Espaços ibero-americanos acadêmicos bi/plurilíngues

A mobilidade é o fator central de contato linguístico e cultural, muito recorrente em contextos acadêmico-científicos com eventos como seminários, congressos, aulas, grupos de trabalho, etc. Independentemente das motivações (acadêmicos, políticos, sociais e econômicos), o encontro entre diferentes comunidades, povos e culturas gera uma série de variações linguísticas, devido à necessidade de negociação de estratégias pelos próprios atores diante desse contexto. Nesse sentido, ambientes de aprendizagem e de comunicação científica encenam estratégias não só de comunicação, mas de socialização e aprendizagem.

Em 2019, em comemoração ao 70º aniversário da Organização de Estados Ibero-americanos para a Educação, a Ciência e a Cultura OEI, a Revista Ibero-americana de Educação dedicou um dossiê especial (n. 81) à temática do “Bilinguismo: espanhol e português. Línguas que convivem na Ibero América com outras línguas”. Neste monográfico, encontramos uma série de artigos especializados na situação de bi/plurilinguismo. Da mesma forma, são apresentadas diversas experiências de educação plurilíngue em contextos onde “convergem e convivem duas línguas que compartilham uma origem comum: o espanhol e o português, com mais de 800 milhões de falantes nos cinco continentes, com especial presença na América Latina, África e Europa” (JABONERO, 2019, p. 9).

Um elemento ressaltado nesse conjunto de artigos refere-se à presença de um plurilinguismo latente entre os luso e hispano-falantes que, além de conviver com o *continuum linguístico* das línguas românicas, coexistem há séculos com as línguas

autóctones e de herança e com outras presentes no continente. Nesse cenário, espaços educacionais no âmbito de Instituições como o Mercosul, mais precisamente o SEM, Setor Educacional do Mercosul, assim como a Organização dos Estados Ibero-americanos para a Educação, Ciência e Cultura (OEI), têm desempenhado um papel fundamental no fortalecimento dessa convergência luso-hispânica. Enquanto espaço multinacional de intercompreensão linguística, apoiam propostas de educação nas duas línguas, conscientes de que os fenômenos educacionais ocupam um espaço relevante nas agendas dos processos de integração regional.

Na América do Sul, a Universidade Federal da Integração Latino-americana UNILA, o Programa de Escolas Interculturais bilíngues de fronteira – PEIBF, e a implementação de escolas bilíngues (espanhol/português) nos espaços de fronteira (convênio a partir de 2018) são exemplos destacados desses projetos educativos de integração linguística e cultural.

A Universidade Federal da Integração Latino-americana – UNILA, considerada “la primera universidad panibericamente bilingue” (GONZÁLEZ-VELASCO, 2019, p. 24), situa-se na cidade de Foz do Iguaçu (estado do Paraná, no sul do Brasil), na fronteira entre o Brasil, a Argentina e o Paraguai. A UNILA é uma universidade pública bilíngue espanhol/português que recebe estudantes de todos os países latino-americanos e caribenhos. De acordo com os documentos oficiais, “são princípios da universidade a interdisciplinaridade, a interculturalidade, o bilinguismo e o multilinguismo, a integração solidária e a gestão democrática” (UNILA, 2013, p. 15). O contexto de fronteira, acrescido à vocação bilíngue da instituição, encena diversas situações acadêmicas de interação multilíngue em espaços científicos e pedagógicos. Erazo, Degache e Da Silva (2019) ressaltam que a UNILA, apesar de sua situação de bilinguismo institucional dentro de um estado nacional monolíngue, não definiu explicitamente sua política linguística, o que abre uma série de possibilidades espontâneas de comunicação plurilíngue no âmbito acadêmico. Os autores apresentam várias situações extraídas desse contexto e algumas das combinações possíveis para o uso das línguas de instrução, tais como: falar na própria língua, expressar-se na língua do outro, incorporar léxico e outros fenômenos de contato linguístico, uso do "portunhol / portuñol", interações bi- plurilíngues, apresentar trabalhos escritos e orais como dissertações e trabalhos de conclusão de graduação em espanhol ou português, etc. Igualmente, apontam que a intercompreensão é uma das formas

privilegiadas de comunicação nesse contexto, principalmente nas aulas, eventos científicos e atividades acadêmicas.

A intercompreensão é, de fato, uma estratégia comunicativa amplamente utilizada em contextos quotidianos, profissionais e acadêmicos, em que cada falante interage em sua língua e compreende a língua do outro, mobilizando uma série de estratégias comunicativas, cognitivas e sociais a fim de facilitar a comunicação (BLANCHET, 2018; ESCUDÉ Y CALVO DEL OLMO, 2019; DOYÉ, 2005). No entanto, para que isso ocorra de forma efetiva, Blanchet (2018, p. 34) aponta que é necessário contar com uma certa aceitação desse modo de comunicação e que haja acordo entre os interlocutores, seja tácito ou explícito, colaborativo (em cooperação) ou conflituoso (em oposição).

Assim, Brea define a intercompreensão como:

También llamada por algunos sesquilingüismo, apuesta menos por la competencia activa en otra lengua y más por competencias pasivas en varias de ellas de modo simultáneo. Es posible desarrollar la capacidad de hablar y comprender una lengua en grado suficiente para comunicarse con un nativo, sin necesidad de dominarla por completo, pero es más sencillo, en el interior de una familia lingüística como la románica, desarrollar técnicas de comunicación consistentes en hablar en nuestra lengua materna con locutores de otra, que la comprenden y responden en su propia lengua. Y todavía se requiere menos esfuerzo para ser capaces de entender un texto no complejo escrito en una variedad románica que no es la nuestra (BREA, 2010, p. 288–289).

Nesse contexto sul-americano, diversos são os fatores que favorecem esse fenômeno entre falantes do português e do espanhol, dentre os quais o alto grau de intercompreensão entre as línguas, a extensa fronteira geográfica compartilhada entre os países da região e uma série de elementos culturais e históricos comuns. Esse conjunto de variáveis propicia uma comunicação vigorosa assentada em modelos comunicativos variados e práticas trans-linguísticas (GARCIA Y WEI, 2014; CANAGARAJAH, 2013; BLYTH Y DALOLA, 2016) que podem ir desde alternâncias de códigos (Gumperz, 1982; PY Y GAJO, 2013; BOREL, 2012), passando pela interlíngua ou pelo portunhol (BARRIOS, 2014; LIPSKI 2017; LIPSKI, 2017; STURZA, 2019), até um aprendizado facilitado em comparação com outras línguas estrangeiras (DABENE Y DEGACHE, 1996; ARAÚJO Y SÁ, 2014) e a aprendizagem integrada de conteúdo e de língua (BEACCO, BYRAM, CAVALLI, *et al.*, 2010; GAJO Y FONSECA, 2014). Essas, dentre outras práticas, contribuem ao desenvolvimento da competência plurilíngue descrita por Nussbaum como “a capacidade de misturar ou alternar o uso de recursos adquiridos nos

diversos contextos, bem como a capacidade de construir de maneira inovadora na interação” (2012, p. 278, tradução nossa).

Embora as políticas de internacionalização priorizem o ensino do e para o inglês nos níveis de ensino superior, ações específicas, frequentemente espontâneas, tendem a tornar as práticas linguísticas cada vez mais flexíveis. Cientes de que a qualidade do ensino e da pesquisa científica está ligada à política linguística universitária, Cerquiglini (2013) propõe vários recursos, desde a utilização de ferramentas de tradução tecnológica até a oferta de formação concentrada em línguas, incluindo o uso de suportes multilíngues em sala de aula e a intercompreensão como forma de comunicação.

Trabalhos realizados no contexto europeu no âmbito do projeto DYLAN (Language dynamics and management of diversity) oferecem um amplo material de análise sobre a gestão do multilinguismo e da diversidade nas ciências. No âmbito desse projeto, Berthoud, Grin y Lüdi (2013) apresentam casos de multilinguismo, ainda que no contexto de implementação do inglês como língua de comunicação acadêmica. O estudo demonstra que o inglês pode ser integrado às atividades acadêmicas sem se transformar em uma ferramenta de uniformização, com a implementação de aulas e atividades nessa língua compartilhada com outras, de modo a promover situações de comunicação multilíngue (a exemplo da Catalunha, onde várias universidades bilíngues espanhol/catalão adotaram o inglês como terceira língua de comunicação). Nussbaum (2016) também descreve situações em que as práticas multilíngues são constantes nas universidades catalãs, especialmente nas defesas de teses, evidenciando que a internacionalização do ensino superior e da ciência pode ser concebida a partir de uma perspectiva multilíngue. Lembremos que o catalão, além de ser uma língua da família das línguas românicas, compartilha um grande espaço fronteiriço com a parte da Espanha que fala castelhano e da França francófona e occitana.

A situação descrita por Nussbaum na Catalunha é muito próxima à situação da América do Sul, em que os atores sociais recorrem a uma série de estratégias e procedimentos cotidianos com o objetivo de resolver seus problemas comunicativos, através da interligação dos conhecimentos adquiridos e de novos repertórios. No entanto, é de notar que, em ambos os contextos, as relações entre línguas e falantes não são homogêneas, apresentando situações de "multilinguismo diglósio, em que cada um teria um espaço próprio na comunicação institucional e científica" (Nussbaum, 2016: 196, tradução nossa). Embora seja praticamente impossível contornar a diglossia característica

desses contextos, a comunicação plurilíngue nas ciências acaba fomentando uma certa horizontalidade na comunicação. No caso da intercompreensão como estratégia de interação, a produção ocorre no idioma (materno o não) escolhido por cada um, beneficiando a autoconfiança dos atores. Assim, para Escudé y Calvo del Olmo (2019: 33), “a intercompreensão, por sua própria natureza, convida a ouvir o que a outra pessoa fala tanto literalmente quanto no nível de prestar atenção, de escutar com cuidado”. Para os referidos autores, no contexto interacional da intercompreensão, a hierarquia entre as línguas é atenuada nos turnos de fala, já que cada língua e cada falante têm garantido, de certa forma, o seu espaço de fala e de participação. Também, em termos éticos, tal dinâmica promove o respeito mútuo, a empatia, a alteridade e a colaboração. Para os referidos pesquisadores,

a paridade nas trocas linguística promovida pela intercompreensão corresponde à igualdade política em prol do bem comum. Frente a uma visão de concorrência ou conflito entre as línguas, a intercompreensão prega o respeito da diversidade, a promoção do multilinguismo em nossas sociedades e a cooperação entre os falantes, fato que tem como consequência o aumento das capacidades comunicativas dos indivíduos e das suas competências na mediação de conflitos (2019, p. 35).

De fato, uma perspectiva plurilíngue da ciência contribuiria para favorecer o trabalho em grupo, valorizando a diversidade das culturas científicas e acadêmicas em direção à complementaridade. Na mesma linha de raciocínio, Berthoud (2013) aponta que o multilinguíssimo é um antídoto para o pensamento único e ajuda a fazer ciência a partir de uma pluralidade de perspectivas e conhecimentos. Isso abre caminhos de progresso no espaço ibero-americano, articulando o par linguístico espanhol e português, assim como em toda a comunidade romanófono (falantes de línguas românicas) em sua enorme diversidade, com as outras línguas, minoritárias, indígenas e migrantes, também presentes. Assim, os repertórios linguísticos são ampliados em favor de uma cidadania que reconhece e valoriza a pluralidade de conhecimentos e saberes.

CONCLUSÃO

O Brasil, como todos aqueles que buscam um protagonismo na cena da ciência mundial, enfrenta o dilema estrutural entre aceitar e reforçar a hegemonia do inglês ou buscar espaços de resistência, aliando-se a outras comunidades ditas periféricas, em busca

da defesa e da promoção da diversidade linguística e da difusão dos conhecimentos produzidos localmente em línguas vernáculas. Mas, como foi questionado nessa reflexão, em que medida um modelo multilíngue e regionalmente diferenciado de reconhecimento da diversidade linguística e cultural é viável em meio a um contexto marcado pelo neoliberalismo e pela conseqüente subserviência aos países econômica e cientificamente hegemônicos? E, como defender, frente a uma comunidade científica convicta da praticidade de uma língua franca (especialmente quando se dialoga com as ditas ciências exatas), a centralidade do pluralismo linguístico na construção do conhecimento? Além disso, retomando os pressupostos de Calvet (2007, p. 5), em sua abordagem da ecologia linguística, as línguas são fundamentalmente desiguais, pois não são praticadas nas mesmas situações e não assumem as mesmas funções. Com efeito, Calvet parte do princípio de que as necessidades linguísticas dos falantes e dos grupos variam de acordo com a situação, o que evidencia a impossibilidade de uma lei geral, de um modelo em que todo cidadão precisaria e teria o direito a representatividade de sua língua em todas as esferas. Nesse sentido, assumir uma abordagem pragmática, baseada em uma análise funcional das situações das práticas linguísticas não implica necessariamente um decreto de morte de algumas línguas, mas uma redistribuição dessas funções e estatutos. O autor sugere que um dos caminhos seria de promover relações de intercompreensão entre línguas e regiões que compartilham uma familiaridade linguística e cultural, como é o caso da América Latina, por meio de uma veicularidade benéfica para ambas as línguas.

Esse poderia parecer um projeto perdido de antemão, se não fosse a emergência de movimentos localizados e de certa forma convergentes, assentados em um certo tipo de ética linguística que pressupõe que deve haver justiça entre as línguas e os falantes, que se asseveram de direitos iguais. Como vimos, as instituições que sedimentam as relações globais (tal como a ONU) buscam, ao menos retoricamente, defender e proteger a diversidade por meio de convenções, declarações, atos e decretos que estabelecem parâmetros internacionais de democratização e acesso a direitos, a exemplo dos ODS.

Nesse contexto maior, como foi debatido, o ensejo de defesa da pluralidade linguística alicerça-se na premissa de que os falantes constroem, descrevem e analisam o mundo de acordo com categorias linguísticas que sugerem uma certa forma de delimitação e interpretação das coisas que não necessariamente coincidem entre comunidades linguísticas distintas. Ou seja, o mundo falado em português é diferente daquele representado pelo inglês. O argumento é que a existência de discursos analíticos

em línguas diversas torna o mundo mais inteligível em sua complexidade. Assim, percebidas as diferentes comunidades acadêmicas/linguísticas, ao somar-se na análise e interpretação dos dados da natureza, ampliam as possibilidades de entendimento do mundo e a superação dos problemas por elas enfrentados, apresentando perspectivas distintas sobre os objetos, através de um viés agregador e dialógico. Um pesquisador insere-se assim numa comunidade de cientistas, adaptando sua atividade a um conjunto normativo e aos padrões de interpretação que predominam na instituição, ou mesmo no país, de modo que a informação produzida tenha um caráter científico reconhecido pelos pares. Dessa forma, estabelecem-se culturas científicas e institucionais que revestem especificidades necessariamente agregadoras de valor quando somadas umas às outras.

Mas, como indica Calvet (2007), essa presunção não sugere que todas as línguas ocupem as mesmas esferas e funções, as políticas devendo ser pensadas à luz do papel das línguas no desenvolvimento de uma comunidade linguística. Até que ponto certas ações têm potencial para beneficiar certas minorias e favorecer sua participação e seu acesso a direitos? De acordo com Calvet (2007, p. 6), o ensejo de colocar sistematicamente as diferentes línguas no mesmo nível, de defender todas as línguas em nome de um princípio geral, condena à ineficácia ou ao bloqueio das dinâmicas globais: defender demais é paralisar.

Isso se destaca particularmente, como vimos, nas instituições que, ainda que teoricamente motivadas pela necessidade de estabelecer uma política linguística baseada em modelos plurilíngues diferenciados, específicos para cada contexto, têm sucumbido ao inevitável movimento do *English Only*, enfrentando o desafio de introduzir essa língua em suas práticas, o que depende de ações contínuas motivadas e fortalecidas por políticas institucionais de longo prazo. Como vimos, contrapondo-se a esse modelo assimétrico e monolíngue, as políticas linguísticas universitárias poderiam ser implementadas com mais equilíbrio, simetria e reciprocidade, promovendo a circulação de línguas de intercompreensão e dando espaço para a comunicação e a difusão do conhecimento em línguas de países com os quais as instituições teriam como sedimentar parcerias fortes para alcançar a tão almejada integração regional, mais uma vez a exemplo da bem-sucedida União Europeia, cujo projeto acadêmico é, de fato, exemplar. Esse movimento também foi paulatinamente se desvanecendo com o fim do governo do Partido dos Trabalhadores (PT), que havia investido importantes recursos e esforços para sedimentar a relação com os países da América Latina, especialmente por meio da criação, em 2004,

do Mercosul Educacional, ou ainda com base em iniciativas robustas como a criação da rede AUGM (Associação das Universidades do Grupo Montevideu), que também perdeu espaço com os novos governos direitistas em diversos países sul-americanos.

Muitos otimistas enxergam na globalização um movimento espontâneo que tende a se equilibrar, para além das forças da concorrência e da luta pelo poder. Mas o que se observa até o momento é a prevalência da competição sobre a solidariedade. Paralelamente, por meio da circulação de ideias e saberes enunciados em uma língua prevalecente, hoje o inglês, um movimento sem precedentes de homogeneização se impõe sobre a proteção da diversidade e da diferença, especialmente em termos linguísticos. Isso é particularmente explícito e explícito no mundo atual, com a desmaterialização dos produtos acadêmicos e a intensificação dos fluxos no ciberespaço, notadamente no âmbito científico, que requer intercâmbio e circulação das ideias para se consolidar e se enrobustecer. A famosa superação das fronteiras que a globalização tende retoricamente a proporcionar também se consolida na superação das barreiras linguísticas, o famoso mito de Babel, que poderia ser coroado pela imposição, espontânea a priori, de uma língua da ciência. Paradoxalmente, a sociedade globalizada acaba se tornando cada vez mais centralizada, padronizada, mais homogênea em suas formas de experiências, e mais monolíngue. O paradoxo é que um vínculo estreito se estabelece entre os direitos humanos e o direito às diferenças, que devem ser aceitas, reconhecidas e acomodadas com respeito e dignidade.

Um projeto de América Latina linguística e cultural otimista assentado na convivência linguística de 800 milhões de falantes em torno de duas línguas principais, o espanhol e o português? Seria essa uma redefinição cartográfica salutar capaz de proporcionar uma inversão de lógica ou apenas um deslocamento e o surgimento de novas hegemonias?

REFERÊNCIAS

ARAÚJO E SÁ, Maria Helena. (Coord.) **Atouts et possibilités de l'insertion curriculaire de l'intercompréhension**: *Rapport*. MIRIADI, 2014.

BARRIOS, Graciela. **La denominación de variedades lingüísticas en situaciones de contacto**: dialecto fronterizo, DPU, português uruguayo, português fronterizo o

- portuñol. En Yolanda. Hipperdinger (comp.), *Lenguas: conceptos y contactos*, p. 77-105. Bahía Blanca: EdiUNS (Editorial de la Universidad Nacional del Sur), 2014.
- BEACCO, Jean-Claude; et al. **Guide pour le développement et la mise en oeuvre de curriculums pour une éducation plurilingue et interculturelle**. Strasbourg: Conseil de l'Europe, 2010.
- BERTHOUD, Anne-Claude; GRIN, Francois; LÜDI, Georges (Eds.). **Exploring the Dynamics of Multilingualism: The DYLAN Project**. Amsterdam: John Benjamins, 2013.
- BLANCHET, Philippe. Regard sociolinguistique sur l'intercompréhension entre langues différentes: enjeux théoriques et pistes sociodidactiques. En GARBARINO, Sandra;
- DEGACHE, Christian. **Intercompréhension en réseau: scénarios, médiations, évaluation**, p. 28-35. Lyon: CRTT, 2018.
- BLYTH, Carl; DALOLA, Amanda. Translingualism as an open educational language practice: raising critical language awareness on Facebook. *Alsic*, v. 19 (1), p. 1-27, 2016.
- BOREL, Stéphane. **Langues en contact, langues en contraste: typologie, plurilinguismes et apprentissages**. Bern, Suisse: Peter Lang, 2012.
- BREA, B. ¿Para qué sirve la lingüística románica en el siglo xxi? En Carmen, Alén-Garabato, Xosé, Alfonso Álvarez, y Mercedes, Brea (dirs.), **Quelle linguistique romane au XXIe siècle?** pp. 279–291. Paris: L'Harmattan, 2010.
- BULOT, Thierry; BLANCHET, Philippe. **Une introduction à la sociolinguistique, pour l'étude des dynamiques de la langue française dans le monde**. Paris: Editions des Archives Contemporaines, 2013.
- CANAGARAJAH, Suresh. **Translingual practice: global englishes and cosmopolitan relations**. London, New York: Routledge, 2013.
- CALVET, Louis Jean. **Le marché aux langues et les politiques linguistiques: essai de politologie linguistique sur la mondialisation: les effets linguistiques de la mondialisation**. Paris: Plon, 2002.
- CALVET, Louis Jean. Mondialisation, langues et politiques linguistiques. *Synergies Chili*, (1), 1-12, 2007.
- CALVET, Louis Jean. **Identidades y plurilingüismo**. En Tres espacios lingüísticos ante los desafíos de la mundialización Actas del Coloquio Internacional, París, 20 y 21 de marzo de 2001, pp. 93–104. España: Organización de Estados Iberoamericanos para la Educación, la Ciencia y la Cultura, OEI, Servicio de Publicaciones, 2001.
- CERQUIGLINI, Bernard. **Le Plurilinguisme en faveur de la Science**, *Synergies Europe*, 8, 11-17, 2013.

DABÈNE, Louise; DEGACHE, Christian (Eds.). **Comprendre les langues voisines**. Etudes de Linguistique Appliquée, 96 (104), octobre-décembre, Didier-Erudition, 1996.

DOYÉ, Peter. **Intercompréhension. Étude de référence, division des politiques linguistiques**. Strasbourg: Conseil de l'Europe, 2005.

ERAZO, Angela; DEGACHE, Christian; DA SILVA, Regina. O contato linguístico e a comunicação plurilíngue como meio de inserção acadêmica dos estudantes estrangeiros. En Sabine Gorovitz y Dionei Moreira Gomes (Orgs.). **Fronteiras Linguísticas em contextos Migratórios**, p. 11-41. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2019.

ESCUDE, Pierre; CALVO DEL OLMO, Francisco. **Intercomprensão: a chave para as línguas**. São Paulo: Ed. Parábola, Brasil, 2019.

FISHMAN, Joshua. Bilingualism with or without diglossia; diglossia with and without bilingualism. **Journal of Social Studies**, 23, 29-38, 1967.

GAJO, Laurent; FONSECA, Mariana. Didactique du plurilinguisme et intercompréhension intégrée à la lumière d'Euromania. **Revista MOARA - Universidade Federal do Pará**, 42, julho, 83-98, 2014.

GARCÍA, Ofelia; WEI, Li. **Translanguaging: Language, Bilingualism and Education**. New York: Palgrave Macmillan, 2014.

GONZÁLEZ-VELASCO, Pablo. Gilberto Freyre: una visión brasileña de la comunidad bilingüe panibérica. **Revista Iberoamericana De Educación**, 81(1), 15-34, 2019.

GOROVITZ, Sabine; ERAZO, Angela Munoz; JESUS, Paula Clarice Santos Grazziotin. Políticas linguísticas em prol da integração regional acadêmica latino-americana. **Revista abehache**, 16: O espanhol e as outras línguas na produção de conhecimento e nas práticas literárias e de tradução, 2019.

GRIN, François. Dépasser les idées reçues. **Le débat**, 178, 127-135, 2014.

GUMPERZ, John. **Discourse strategies**. Cambridge, GB: Cambridge University Press, 1982.

HAMEL, Rainer Enrique. La política del lenguaje y el conflicto interétnico: problemas de investigación sociolingüística. En: Eni Orlandi (Org.). **Política lingüística na América Latina**, p. 41-73. Campinas, SP: Pontes, 1988.

JABONERO, Mariano. Presentación. **Revista Iberoamericana De Educación**, 81(1), 7-10, 2019.

LIPSKI, John. Portuguese/Portuñol in Misiones, Argentina: Another "Fronterizo"? En: Melvin González-Rivera y Sandro Sessarego (Eds.). **New perspectives on hispanic contact: Linguistics in the Americas**, p. 253-281. Madrid: Iberoamericana, 2017.

- LÜDI, George; PY, Bernard. **Être bilingue**. Bern, Allemagne: Peter Lang, 2003.
- MARCELLESI, Jean-Baptiste; GUESPIN, Louis. **Glottopolitique**. Languages, v. 83. Paris: Larousse, 1986.
- NUSSBAUM, Luci. Internationalisation pas uniquement en lingua franca. En: BORG, Serge et al (dir.). **L'université en contexte plurilingue dans la dynamique numérique**, p. 195-202. Paris: Éditions des archives contemporaines, 2016.
- PY, Bernard; GAJO, Laurent. Bilinguisme et Plurilinguisme. En Simonin, Sylvie Wharton (Eds.). **Sociolinguistique du contact**: dictionnaire des termes et concepts, pp. 71-94. Lyon, France: ENS Éditions, 2013.
- STURZA, Eliana. Portunhol: língua, história e política. **Revista Gragoatá**, 24(48), 95-116, 2019.
- UNESCO. **Convenção Para Proteção e Promoção da Diversidade das Expressões Culturais**. Paris: UNESCO, 2005.
- UNESCO. **Declaração universal sobre a diversidade cultural**, 2001.
- UNILA. **Regimento geral da universidade**, 2013.